

# Arquétipo de pároco na vida e na obra de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga (1559-1582): uma aproximação histórica

DAVID SAMPAIO BARBOSA

Centro de Estudos de História Religiosa

**Resumo:** O estudo aqui proposto visa conhecer uma das preocupações pastorais que orientou o pontificado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. O pároco ideal para o arcebispo de Braga devia conformar-se através duma cuidadosa preparação humana, intelectual, teológica e moral. O seminário, em regime de internamento segundo as orientações de Trento, concorreria para modelar o pároco ideal proposto pelo arcebispo.

**Palavras-chave:** D. Frei Bartolomeu dos Mártires, clero, pároco, seminário, santidade.

**Abstract:** This study aims to understand one of the pastoral concerns that guided the pontificate of D. Frei Bartolomeu dos Mártires. According to the archbishop of Braga, the ideal parish priest should be modeled through a careful human, intellectual, theological and moral preparation. The Seminary, a boarding school under the orientations of Trent, should contribute to shape the ideal parish priest proposed by the archbishop.

**Keywords:** D. Frei Bartolomeu dos Mártires, clergy, parish priest, seminary, holiness.

## 1. Nota prévia

O tema que será aqui exposto anda à volta duma figura histórica sobre a qual muitos estudos já se fizeram<sup>1</sup>. As fontes são também suficientemente conhecidas após o levantamento que das mesmas fez Raul Rolo e desde que as publicou na década de 70 e 80. Importa lembrar o período histórico da participação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires no concílio de Trento. Desse concílio, mormente no referente à última fase do concílio onde esteve o arcebispo de Braga, teve a preocupação o estudioso dominicano, Frei Raul Rolo, de compulsar não só as Actas formais da celebração ecuménica, mas também várias notícias que de forma dispersa chegaram até nós; sem ignorar a obra de Mansi<sup>2</sup>, onde figuram praticamente todas as Actas dos concílios ecuménicos, arrima-se no que concerne aos seus estudos da presença de D. Frei Bartolomeu na celebração tridentina, à edição publicada pela Sociedade Goerresiana, iniciada em 1901 e que se estende por 12 volumes<sup>3</sup>. A par das fontes eclesiásticas referidas, compulsa razoavelmente o Corpo Diplomático Português, obra fundamental para conhecer o carteamo trocado entre Lisboa e Roma e vice-versa, mormente com os papas que exerceram pontificado naquele período histórico<sup>4</sup>. Com essa documentação, vários historiadores empreenderam estudo e conseguiram sínteses de respeitável apreço nos meios académicos. Desses destacaria Herbert Jedin, conhecedor profundo de fontes e estudos que desde o século XVII até ao século XX se foram produzindo sobre temáticas relevantes tratadas e aprovadas em Trento<sup>5</sup>. A ter presente, mas a acompanhar com certa cautela, deve ser mencionada a obra de José de Castro que também nos dá notícias sobre Portugal e portugueses que estiveram em Trento<sup>6</sup>. Uma obra mais abrangente e que incide estudo sobre a acção do papado desde o período medieval e que chega à contemporaneidade, é igualmente de consulta obrigatória; trata-se da *História do papado* de autoria de Ludwic von Pastor<sup>7</sup>. Foi o primeiro investigador, não eclesiástico, a entrar no Arquivo do Vaticano; não se perdeu no “mare magnum” da

1 ROLO, Frei Raul de Almeida, *Formação e vida intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Edição do Movimento Bartolomeano, 1977, p. 267-316; MÁRTIRES, D. Frei Bartolomeu dos, *Estímulo de Pastores*. Braga: Edição do Movimento Bartolomeano (bilingue), 1981; Idem, p. XXXIV –XLVIII; ROLO, Frei Raul de Almeida, *Formação e vida intelectual de D. Frei Bartolomeu...* p. 53-72; SCALTRITI, Giacinto, *L'ultimo Savonarola*. Torino: Edizioni Paoline, 1976; ROLO, Frei Raul de Almeida, *Obra social e Educativa*. Porto, 1979, p. 9; Idem, *Formação e vida intelectual de D. Frei Bartolomeu...* p. 24; Idem, *Formação e vida intelectual...* p. 28; SOUSA, Frei Luís de, *A vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Lisboa: Coedição Imprensa Nacional /Casa da Moeda – Movimento Bartolomeano, 1984, p. 57-59. 75; ROLO, Frei Raul de Almeida, *Bartolomeu dos Mártires*. Obra social e educativa. Porto, 1979, p.55, nota 67; BARBOSA, D. S., Portugal em Trento. Uma presença discreta. *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 3 (1991), 616.

2 MANSI, *Sacrorum conciliaorum nova et amplissima collectio*, tom. 33.

3 *Concilium tridentinum. Diiorum, actorum, epistularum, tractatum nova collectio*. Friburg: Gesellschaft, 1901 ss.

4 CORPO DIPLOMÁTICO PORTUGUEZ, III. VI.VII. IX. XI. X

5 JEDIN, H., *Geschichte des Konzils von Trient*, I-IV, Freiburg, 1951-1975 (essa obra, *História do concílio de Trento*, foi traduzida para o espanhol e editada em 5 volumes pelas Ediciones Universidad de Navarra, S.A entre o ano de 1972 e 1981.

6 CASTRO, José de, *Portugal no concílio de Trento*, I-VI, Lisboa, 1944-1956.

7 PASTOR, L., *Geschichte der Päpste*, Freiburg-Rom; para as questões da última fase de Trento onde D. Frei Bartolomeu dos Mártires tem particular intervenção relevante, aconselha-se a consulta do volume VII, editado em 1957.

imensa documentação ali existente, já razoavelmente inventariada e classificada. A sua pesquisa, e obra extensa que veio a publicar, pendem para uma objectividade invejável para quem fora agraciado em confiança pelos responsáveis do Vaticano, guardiães de ricos acervos documentais.

Em 1991 realizou-se um Congresso Internacional sobre o IV centenário da morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires; o evento decorreu de 15 a 20 de Abril do referido ano, em três cidades diferentes – Braga, Guimarães e Viana do Castelo; apresentaram-se estudos sobre os mais variados aspectos da vida do arcebispo; nenhuma incidiu directamente sobre o arquétipo ou modelo de pároco na vida e obra de D. Frei Bartolomeu dos Mártires; documentação dispersa e alguns artigos publicados por Frei Raul Rolo permitem a construção duma abordagem sobre um tema que tanto preocupou o arcebispo de Braga. Por ocasião da sua beatificação, ocorrida já na presente centúria, mais concretamente no dia 4 de Novembro de 2001 pelo papa João Paulo II, não se tomaram iniciativas que reunissem estudiosos para se debruçarem, mais uma vez, sobre essa figura do passado bracarense. Produziram-se, isso sim, pequenas brochuras a noticiar o acontecimento e a enfatizar virtudes e méritos do prelado de Braga<sup>8</sup>.

A temática que nos propomos tratar – o arquétipo de pároco na vida e obra de D. Frei Bartolomeu dos Mártires – obriga-nos a vários enquadramentos para compreendermos o pensamento, a espiritualidade e a preocupação pastoral que nortearam a vida e a acção do arcebispo visado. Evidentemente, os campos referidos, numa síntese desta natureza, não poderão ter tratamento profundo e acabado; sínteses respeitáveis sobre essas matérias já foram publicadas, sem reparo de maior por parte da crítica histórica. De todos os modos, em jeito introdutório, uma menção rápida sobre essas referências, impõe-se-nos para que se possa ter uma compreensão da centralidade da temática que procuramos atingir. Estamos a tratar duma figura histórica do passado que teve um percurso de vida e responsabilidades bastante diversificadas. Estamos perante um religioso mendicante, da Ordem de S. Domingos. Ainda muito novo entrou no convento de S. Domingos, em Lisboa. Após ingresso e subsequente noviciado, já formalmente em religião, dá-se conta de quanta inquietação se percepcionava por toda a ordem em enveredar por caminhos de renovamento a condizer com o espírito do fundador, S. Domingos de Gusmão. As propostas reformadoras de Jerónimo Savonarola eram já conhecidas em Lisboa. Os excessos do prior de S. Marcos, de Florença, e a animosidade que manteve com o papa Alexandre VI, não invalidavam vias de reforma a sugerir à vida regular e à Igreja no início do século XVI. O pendor reformador visível já em Lisboa vai acompanhar Frei Bartolomeu dos Mártires por toda a vida. A sua preparação intelectual e desempenho que assume na ordem e ao serviço da coroa reflectem uma forma exigente de vida. Nos vários anos de presença no convento da

---

8 ARAÚJO, Domingos Silva, *O Arcebispo Santo – um modelo para hoje*. Braga: Cadernos do Diário do Minho, 2001.

Batalha, como leitor de teologia, será escolhido para fazer parte do grupo responsável por aquela comunidade dominicana. A par da docência, associa-se a aspectos práticos que tinham a ver com a dinâmica duma casa religiosa. As actas dos conselhos locais do período batalhino são bastante lacunares quanto à disciplina que os membros do conselho imprimiam no ritmo daquela vida em religião. Anos mais tarde, a pedido da coroa, assume em Évora a função de Preceptor do príncipe D. João. Não sendo homem de corte, recai sobre ele uma tarefa de responsabilidade régia. A experiência de Évora levou-o a contactos frequentes com o bispo local, o cardeal D. Henrique e a Companhia de Jesus que naquela cidade consolidava um centro de Estudos, de nível superior, que ascende rapidamente à categoria de Universidade.

A sua escolha para arcebispo de Braga resultou duma cumplicidade entre a rainha D. Catarina e Frei Luís de Granada. Com uma relutância que não escondeu, acabou por se conformar e, após a sua sagração em Lisboa, dirige-se para a sede primaz do reino de Portugal. Entra numa cidade onde as muitas jurisdições entrecruzavam-se com direitos eclesiásticos adquiridos; remetia-se praticamente o bispo para o Paço episcopal. Se em conventos e mosteiros a urgência de reforma se impunha, ali, na cidade de Braga e nos territórios adstritos à tutela episcopal, de igual forma se impunham reformas em ordem à revitalização espiritual daquele espaço diocesano. A opção rápida que fez em empreender visita pastoral às terras do Barroso, após poucos meses de permanência em Braga, foi indicadora da forma que quis imprimir ao seu pontificado bracarense. Após a primeira incursão pastoral às terras frias do Barroso, percepção-se em D. Frei Bartolomeu dos Mártires uma linha de reforma abrangente a todas áreas de vida cristã. O propósito do arcebispo torna-se claro. Importava superar as múltiplas dificuldades que costumes ancestrais e direitos locais adquiridos anulavam os seus propósitos de reforma. A circunstância de ter conhecimento duma nova convocatória (29/11/1560), para retomar o concílio de Trento, possivelmente abriu-lhe perspectivas de ver naquela instância conciliar oportunidade de poder contribuir para a formulação de doutrina e decretos de reforma que proporcionassem instrumentos que lhe permitisse introduzir uma revitalização espiritual e disciplinar na área do seu múnus episcopal. A partir do dia 24 de Março de 1561, aquando do início da sua jornada em direcção à cidade de Trento, passamos a dispor de muita informação e apreciações sobre a vida e acção do arcebispo, quer em Braga quer em Trento. Os autores que produziram obra de razoável espessura sobre o concílio de Trento, ao referirem bispos e teólogos presentes em Trento, fazem leituras diferenciadas sobre Bartolomeu dos Mártires. A historiografia portuguesa, regra geral, tem sido complacente em relação ao Arcebispo de Braga; o início desse pendor generoso deve-se a Frei Luís de Sousa e Frei Luís de Granada; os seus opositores, mormente o cabido de Braga e outras dignidades esparsas pelo território diocesano, ficaram-se por queixas ou obstruções na expectativa de serem atendidos em Braga ou pelas autoridades romanas. Diários, anotações e actas sobre a

celebração ecuménica de Trento, regra geral, registam aspectos de bondade, inteligência, preocupações pastorais e disciplinares defendidas pelo bispo bracarense na aula conciliar. Excessos de zelo, por exemplo a petição da supressão de todas as ordens religiosas que não aderissem à rígida observância ou a aprovação da obrigação de residência para os bispos como sendo de “*iure divino*” são também referenciados; os secretários ao registarem isso em acta, perante a acutilância de alguns bispos espanhóis (Pedro Guerreiro, bispo de Granada e o cardeal Pedro Pacheco, bispo de Jaen), viram quase sempre nas intervenções do arcebispo um propósito de moderação, a coberto de uma bondade que a todos transmitia.

Depois da celebração ecuménica, no início do século XVII, aparece a primeira grande obra sobre a história do concílio de Trento, de autoria de Paolo Sarpi<sup>9</sup>. A circunstância de se encontrar na situação de excomungado por razões que o ligavam à República de Veneza, levou-o a produzir uma obra onde a animosidade contra Roma é notória. Embora bem documentado, não evita uma tese polémica que teima em demonstrar, que em Trento, os verdadeiros reformadores foram sufocados pelos interesses temporais da política da cúria e pelo triunfalismo do absolutismo papal<sup>10</sup>. Nessa perspectiva os bispos fautores da reforma eclesiástica assumem, na narração de Sarpi, relevo particular. D. Frei Bartolomeu enquadra-se nessa grelha interpretativa; dá-nos uma imagem deformada do bispo de Braga; cita-o selectivamente com textos que podem ser interpretados como posições anti-romanas<sup>11</sup>. Sob a sua pena, Bartolomeu dos Mártires aparece como bispo polémico, sempre pronto a denunciar os abusos curiais ou as prevaricações do papado. Por parte de Roma houve preocupação imediata de dar resposta à obra de Sarpi. Foi escolhido o jesuíta Pietro Pallavicino, mais tarde cardeal; pôde dispor aquele inaciano de documentação mais ampla que o autor precedente; por concessão de Inocêncio X, teve acesso à documentação oficial; infelizmente, como o próprio reconhece, a sua obra é uma apologia misturada de história<sup>12</sup>. Serviu-se dos registos dos grandes interventores conciliares para ilustrar tese inversa à de Sarpi. Referente a Bartolomeu, define-o como homem a admirar pela santidade e doutrina; no contexto da obra instrumentaliza-o, procurando ver nele e na sensibilidade do seu grupo reformador uma consonância apreciável com as teses romanas; coloca, por exemplo, em evidência a prontidão com que o arcebispo responde à convocatória para a reabertura do concílio; demora-se pelo encontro que o bracarense teve no Outono de 1563 em Roma com o papa Pio IV e o secretário de Estado, o cardeal Carlos Borromeu. Sobre algumas posições assumidas em concílio pelo arcebispo,

9 SARPI, Paulo, *Istoria del concilio Tridentino*. Venezia, 1612-1615.

10 BORROMEIO, Agostino, La figura e l'opera dell'arcivescovo di Braga Bartolomeu dos Mártires nell'Italia postridentina. In *Actas do Congresso Internacional sobre o IV centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1994, p. 606-607.

11 Ibidem.

12 Ibidem, p. 608.

por exemplo sobre a residência dos bispos, o autor jesuíta evita dar relevância a essa problemática delicada. Tese laudatória persistirá noutros autores como em Oderico Rinaldi e o cisterciense Malachia d'Inguibert<sup>13</sup>. Este último autor nada acrescenta aos autores que o precederam; tem algum interesse por apresentar o primeiro texto em língua italiana; discutem-se as razões da escolha de um bispo dominicano, da parte mais ocidental da Europa; a obra é dedicada ao papa reinante, Bento XIII, que provinha da família dominicana. O que pretendia o autor, já então bispo de Carpentras? Sobre esse pormenor, os historiadores têm dificuldade em chegar a um consenso.

Já mais recentemente, com o aproximar do 4º centenário da celebração tridentina, pela década dos anos quarenta, Herbert Jedin, bastante próximo dos círculos romanos empreendeu estudo e esforço em ordem a dar a conhecer o que, de facto, tinha acontecido no concílio de Trento entre 1545 e final de 1563, aquando da clausura do concílio. Perspectivou publicar a obra em 1945. Tal não aconteceu; a nacionalidade do autor, alemão, a guerra civil de Espanha e a segunda guerra mundial limitaram sobremaneira os movimentos requeridos; os arquivos de Espanha e até alguns da Alemanha tornaram-se de difícil acesso. A obra apareceu mais tarde e foi publicada em 4 volumes<sup>14</sup>. Trata-se de uma obra notável; construiu-se, no dizer do autor, com o recurso a três armaduras: a da teologia, a do direito e a da diplomacia.

Esta obra ajudou muito a superar as ancestrais barreiras que antagonismos de tese criavam; esbateu-se a animosidade entre os historiadores romanos e os esforços louváveis de periferia que nada ficavam a dever aos privilegiados dos acerbos romanos. Este passo foi importante para ultrapassar preconceitos (com ou sem razão) que ainda impendiam sobre obras como aquela que nos deixou Ludwig von Pastor<sup>15</sup>.

Herbert Jedin dá prioridade às Actas, Diários e cartas que sobre o concílio se escreveram; atem-se à edição crítica do *Concilium Tridentinum*, editada pela Sociedade de Görres<sup>16</sup>; para a terceira parte do concílio onde foi padre interveniente D. Frei Bartolomeu dos Mártires, importante se torna a consulta da obra de J. Susta; trata-se duma obra específica que estuda a correspondência intercambiada entre os cardeais legados e Roma<sup>17</sup>.

Seja qual for o trabalho que se queira fazer sobre D. Frei Bartolomeu dos Mártires e que de alguma forma esteja ligada ao concílio de Trento, requer-se, de facto, um conhecimento crítico dos muitos autores que sobre o arcebispo escreveram. A maior parte são reflexo do que em Trento aconteceu: antes e durante a terceira parte do concílio, e até no período pós-conciliar. Esta advertência metodológica muito pode ajudar a fazer

13 D'INGUIMBERT, Malachia, *Vita di monsignor Bartolomeo dei Martiri, dell'Ordine dei Predicatori*. Roma, 1727-1728.

14 JEDIN, Herbert, *Geschichte des Konzils von Trient, I-IV*. Freiburg, 1951-1975.

15 PASTOR, Ludwig, *Geschichte der Päpste*. Freiburg.

16 *Concilium Tridentinum. Diariorum, actorum, epistularum, tractatum nova collectio*. Freiburg, 1901 ss.

17 SUSTA, J., *Die Römische Kurie und das Konzil von Trient unter Pius IV*, 4 vol. Viena, 1904-1914.

a leitura crítica dos muitos estudos que já sobre ele se fizeram; pontualmente, há sempre quem queira agarrar uma frase ou uma sentença produzida pelo arcebispo no sentido de interpelar um auditório que penda para a reforma ou esteja em animosidade com a organização da Igreja romana. Tem-se feito, de facto, muitas intervenções acomodadas aos mais variados ambientes. O desconhecimento da origem de textos atribuídos ao “bracarense” e o enquadramento do conteúdo referido leva facilmente o ouvinte ou leitor a entender o pensamento e obras de D. Frei Bartolomeu como um manancial que a todos pode confortar. Para o público crítico, atento às construções históricas que sobre o passado se fizeram e fazem, importa conhecer a natureza das fontes ou dos estudos à base dos quais se tem feito obra. De entre as obras mais citadas do arcebispo, para além do catecismo, tem sido o *Stimulus Pastorum*. As inúmeras edições que teve e o entusiasmo que à volta da mesma se tem mantido até aos nossos dias têm evitado qualquer estudo crítico que inverta essa tendência laudatória. Como é do conhecimento de muitos, a obra foi solenemente oferecida aos padres conciliares do Vaticano II. Um inédito recente encontrado entre os papéis deixados pelo antigo bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, e editado no presente ano pela Fundação SPES<sup>18</sup>, revela-nos um entusiasmo menor por aquela obra do arcebispo de Braga. O que aconteceu com D. António Ferreira Gomes, já se tinha verificado com o arcebispo de Bolonha, no século XVI, Gabriel Paleotti, mais tarde cardeal e, posteriormente canonizado pela Igreja. Esse arcebispo de Bolonha pertencera ao grupo de bispos criativos que de forma original recepcionaram doutrina e orientações produzidas em Trento. Tratou-se duma terna de bispos que surpreendeu positivamente a Igreja, a saber: D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Carlos Borromeu (Milão) e Gabriel Paleotti. Os dois últimos já canonizados; o primeiro apenas beatificado. No respeitante ao *Stimulus Pastorum*, a atitude desses três bispos foi diferente; Carlos Borromeu deu-lhe razoável atenção em Milão; já Gabriel Paleotti entendeu procurar quem pudesse produzir texto melhor para subsídio do seu múnus episcopal; em vão tentou convencer Frei Luís de Granada para que efectuasse uma síntese em texto daquilo que devia ser *De officio episcopi*. A tal pedido, por razões óbvias, não anuiu o dominicano, Frei Luís de Granada, alegando a já existente obra do *Stimulus Pastorum*. Paleotti não se desencorajou; mais tarde fez nova tentativa, mas sem sucesso<sup>19</sup>. Nas décadas que precederam o processo de beatificação do arcebispo bracarense, a referência ao texto de D. António Ferreira Gomes ou à atitude de Gabriel Paleotti poderia parecer aos entusiastas do arcebispo de Braga um despropósito, uma

18 *Ser bispo conciliar no exílio (1959-1969)*. Porto: Fundação Spes, 2007.

19 Paleotti que tinha participado na última parte do concílio de Trento como auditor da Rota, anotou no seu diário palavras de apreço pelo arcebispo de Braga; já depois do concílio chegaram a trocar correspondência; de todos os modos, no referente ao texto que Bartolomeu propunha como ideal para o múnus dos bispos, o arcebispo de Bolonha manifestou as suas reservas (BORROMEIO, Agostino, *La figura e l'opera dell'arcivescovo di Braga Bartolomeu dos Mártires nell'Italia postridentina*. In *Actas do Congresso Internacional sobre o IV centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1994, p. 598-599).

alusão desnecessária. De todos os modos, o conhecimento histórico sobre D. Frei Bartolomeu também ganharia mais espessura se se fizesse um enquadramento e uma justa apreciação crítica sobre o processo de proximidade entre Carlos Borromeu e o Arcebispo de Braga, elogiado por muitos quanto baste, mas que, quanto a mim, está a carecer dum outro enquadramento histórico.

## 2. O percurso reformador de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

A longa nota introdutória que fizemos quis apenas alertar o investigador para as fontes existentes (de arquivo e literárias) sobre o percurso histórico do arcebispo de Braga e para as primeiras obras de estudo que sobre a sua pessoa se fizeram. Ter consciência de que a publicação das suas obras e muito particularmente os estudos mais recentes têm-se servido daquelas fontes enunciados e também dos autores que sobre o bracarense incidiram estudo até ao século XVIII. Ninguém se tem afastado, grosso modo, desses dois mananciais; importa avaliar, como já o disse, até que ponto esses autores do passado fizeram justiça à figura histórica do arcebispo de Braga. A tese laudatória ou a tese crítica, quando não bem articuladas entre si, afastam-se da objectividade histórica.

Em abono da verdade, deve referir-se que ninguém até hoje pôs em causa a vertente reformadora do Arcebispo. Com esta consideração comecei esta síntese. Efectivamente, a situação que D. Frei Bartolomeu encontrou em Braga, no Outono de 1559, não o afastou dum horizonte de reforma em ordem a uma renovação cristã; colocou-o, isso sim, perante desafios que interessava ultrapassar. Deu-se conta no terreno que a autoridade episcopal, observável também em toda a Europa, estava coarctada por um sem número de jurisdições, “consuetudines” e privilégios conseguidos pelo poder régio e pelas instâncias romanas<sup>20</sup>. Existia, de facto, uma desproporção enorme entre os meios disponíveis em Braga e os objectivos de reforma a atingir<sup>21</sup>. A tendência natural seria pender para uma inércia, habitualmente respeitadora de tradições que dum passado remoto vinham; a circunstância de alguém ter chegado de fora, proporcionou distância e natural desafecção a estruturas desajustadas e já carcomidas pela erosão

20 O múnus episcopal exercia-se então com muita dificuldade. Alguns obstáculos procediam de Roma – cúria romana – que, através de isenções concedidas aos mosteiros, ordens mendicantes, cabidos ou outras pessoas singulares, criava zonas isentas no interior da diocese; com a colação directa de benefícios, uns reservados ao pontífice, outros ao rei, tornava quase impraticável o exercício dum pastoral directa; a prática do recurso directo a Roma, com a exclusão das primeiras instâncias, assim como a competência de Roma em quase toda a matéria de dispensas e absolvições, colocava a actividade episcopal numa situação bastante precária [CONCILIUM TRIDENTINUM, IV, p. 489-498; David S. D. BARBOSA, Portugal em Trento. Uma presença discreta. *Lusitania Sacra*, 3 (1991), p. 16].

21 MARCOCCI, Giuseppe, Il governo dell’archidiocesi di Braga al tempo de Bartolomeu dos Mártires (1559-1582). Riflessioni e documenti sull’episcopato portoghese nell’età del Concilio di Trento. *Archivio Italiano per la storia della Pietá*, vol. 15 (2003) 112. MARQUES, José, A Igreja bracarense no tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. In *Actas do Congresso Internacional sobre o IV centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1994, p. 275.



de séculos<sup>22</sup>. Em vez de se entregar a um absentismo, intuiu ser a instância conciliar o local apropriado para inverter aquela situação; decisões, doutrina e orientações disciplinares que da cúpula da Igreja viessem poderiam propiciar condições a uma pastoral de revitalização cristã.

Desses parâmetros não se afastará o arcebispo; o percurso será longo e sinuoso. Os passos que deu até ao ano de 1582, data em que resigna ao múnus episcopal, penso ter explicação plausível dentro desse enquadramento definidor da sua vida e da sua missão. As propostas que fez em concílio, as amizades que manteve, as cumplicidades a que aceitou e os escritos que produziu têm perfeito enquadramento no ideal que protagonizou por décadas na cidade de Braga.

### 3. O arquétipo de pároco no pensamento e obra de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

Uma reflexão mais sistemática sobre essa matéria, fê-la depois da obra que escreveu sobre a vida modelar do bispo pastor<sup>23</sup>. A resistência e surpresa que demonstrou aquando da publicação do *Stimulus Pastorum*, são razões mais que suficientes para acreditar que pelo texto referido queria o arcebispo ter à mão umas notas que lhe servissem de estímulo para um pastoreio condigno à grei que em Braga assumira. O ideal que proporá para a paroquialidade e seus agentes deve ser lido concomitantemente com aquilo que propõe para o pastor-bispo. A leitura em paralelo ajuda-nos a compreender o que escreveu e propôs para os clérigos logo após o concílio de Trento. O discurso que em Trento tivera sobre a matéria, e do qual Bartolomeu não se afastará, foi pioneiro quanto à formação humanista, teológica e espiritual dos candidatos ao sacerdócio. Concílios anteriores já se tinham demorado sobre essas matérias. A falta de orientações práticas na consecução desses objectivos condicionara a pouca receptividade a uma orientação recorrente desde o início do século XV. Os espíritos mais ousados da celebração tridentina, desde a sua preparação, intuíram ser imprescindível uma reforma abrangente que a todos englobasse numa conversão de vida e acção<sup>24</sup>.

A doutrina sacramental, o número dos sacramentos e a especificidade de cada sacramento em particular deu matéria suficiente para que se articulasse doutrina sobre a hierarquia e os diversos graus que tal estrutura englobava. O sacramento da ordem debatido em aula conciliar requereu doutrina e orientações reformadoras e disciplinares.

22 ROLO, Frei Raul de Almeida, O "Bracarense" Conciliar. In *Actas do Congresso Internacional sobre o IV centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1994, p. 291.

23 *Estímulo de Pastores*, Braga: Edição do Movimento Bartolomeano, 1981.

24 O cardeal Cervini, um dos cardeais presidentes da sessão de Trento (1545-1549), depois de passar por Espanha, França e Flandres, chega à seguinte conclusão: "...se não emprendermos uma reforma rapidamente, seremos reformados compulsivamente", "Wenn wir uns nicht bald selbst reformieren, werden wir reformiert werden" [H. JEDIN, *Geschichte des Konzils von Trient*, I. Freiburg, 1951, p. 283; David S. D. BARBOSA, Portugal em Trento. Uma presença discreta. *Lusitania Sacra*, 3 (1991), p. 13].

A recepção do concílio e a sua posta em prática muito dependeria dos bispos e dos presbíteros. O contacto dos segundos de forma directa com o povo dentro dum enquadramento de paroquialidade impunha a criação de instâncias que os preparassem para um ministério renovado. A medievalidade tinha fornecido propostas de formação que entroncavam em Aristóteles e S. Agostinho. Tudo se devia iniciar pelas sete artes liberais, divididas em duas partes: a primeira movia-se no campo especificamente linguístico; era o *Trivium* (gramática, retórica e dialéctica); a segunda, de carácter mais matemático, chamada *Quadrivium*, englobava aritmética, geometria, astronomia e música. A essa preparação humanista, deveria seguir-se o estudo da teologia; por trás desse ordenamento de estudo estava o espírito de Santo Agostinho que subordinava o estudo profano ao estudo teológico; acentuava o valor propedêutico do primeiro em relação ao segundo. Já em teologia, persistia o princípio da suficiência da Escritura; a revelação era aceite sem discussão; o papel do teólogo era comentá-la; a metodologia de ensino processava-se da seguinte forma: fazia-se a *Lectio* do texto bíblico ou patrístico; o mestre ou doutor era um *Lector*; após a leitura seguir-se-ia um comentário. Os próprios textos dos Santos Padres constituíam as chamadas *Auctoritates*; as pessoas tinham gosto em recolher textos, deliciavam-se com os comentários dos Padres e suas sentenças. Aceitava-se a teologia como uma ciência divina que se concretizava por meio da linguagem humana. Nessa forma de produzir teologia destacaram-se duas sensibilidades que passaram a utilizar metodologias diferentes: a) a corrente dos dialécticos, tendo por principal expoente Abelardo, procurava uma justificação lógica da fé, sem negar a sobrenaturalidade da revelação; a novidade metodológica e inovadora do período medieval foi a apresentação de teses/ pareceres diferentes / contraditórios dos próprios padres da Igreja; era o início da tese e antítese; Abelardo (1070-1142) teve o mérito de avançar para um método subsequente, a *Quaestio* tanto usado no período medieval; b) a corrente monástico-agostiniana, favorável ao princípio da suficiência da Escritura, acentuava o primado da fé, mas já com uma abertura mental nova; aceitava-se também as exigências da corrente especulativa.

Com Alberto Magno e Tomás de Aquino a teologia é tida por ciência; tratava-se de uma construção racional do ensino cristão. Tomás tem um grande apreço pela razão; ao lado do tomismo floresce a escola franciscana, de pendor platónico-agostiniano, sempre preocupada em fazer da teologia uma mediação para a edificação das almas. Essas duas formas de fazer teologia desembocou numa escolástica amplamente aceite por toda a idade média: trabalhou-se, de facto, a especulação e o conhecimento humano; a sua debilidade assentava no afastamento da Bíblia e do pensamento patrístico, perdendo-se em especulações e questionamentos intermináveis; imperou uma subtileza inútil. No fim do século XV o estudo da teologia entra numa crise muito grande: os textos fundamentais – Bíblia e Padres da Igreja passaram a ser estudados com novas

metodologias – o sentido crítico entrava nas escolas; o sentido histórico passou a ser amplamente trabalhado pelos novos pensadores.

Nesse “mare magnum” de estudo e, por consequência, também do estudo da teologia se moviam as universidades, as escolas monásticas e as conventuais. Os padres em Trento tinham conhecimento dessa situação que se observava por toda a parte. Inúmeros candidatos que se propunham para a “prima tonsura” e tomada de ordens – menores e maiores – formavam-se nesses centros de forma desigual. As escolas referidas que ministravam ensino de teologia inseriam nos seus “curricula” o estudo das Artes e o da teologia de forma diferente. A informação detalhada sobre esses “curricula” é-nos praticamente desconhecida; e quando figuram no plano de estudos de alguma escola monástica ou conventual não nos dão a certeza da sua assunção no decurso do referido plano de estudos. Emblemática nesse sentido é aquela situação que nos é referida sobre os alunos da escola monástica beneditina, de Refojos de Basto; quando se apresentavam para a tomada de ordens em Braga, revelavam-se “ignorantísimos”, sendo logo devolvidos “*por ydiotas y inhábiles*”<sup>25</sup>. Importava inverter essa situação. A degradação era observável quer a nível diocesano quer a nível religioso. Acresce ainda referir que a situação quanto às instituições de ensino monástico ou conventual eram duplamente criticáveis, porquanto, muitos dos candidatos diocesanos se serviam dessas escolas antes de tomar ordens sacras. Era um panorama pouco animador. Em Trento, os padres conciliares envidaram esforços para encontrar soluções na boa preparação do presbítero. No Outono de 1563, o cansaço não foi razão suficiente para afastar os padres de Trento da procura dum perfil de pároco a propor e a encontrar subsequente estrutura de ensino capaz de o preparar para uma doutrina e uma disciplina aprovadas no concílio. Na procura dessa infra-estrutura se bateu D. Frei Bartolomeu dos Mártires: fê-lo a partir duma espiritualidade, duma cultural e duma prática pastoral<sup>26</sup>. Serviram-se os padres dum modelo anteriormente posto em prática pelo cardeal Reginaldo Pole na Inglaterra; anos antes tinha proposto aquele purpurado, para o território inglês, a criação dum seminário em praticamente todas as dioceses<sup>27</sup>. Na sessão XXIII, de 15 de Julho de 1563, o concílio, depois de aprovar doutrina sobre o sacramento da ordem

25 MARQUES, José, A Igreja bracarense no tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. In *Actas do Congresso Internacional sobre o IV centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1994, p. 265-266, nota 11.

26 ROLO, Frei Raul de Almeida, O “Bracarense” Conciliar. In *Actas do Congresso Internacional sobre o IV centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1994, p. 291.

27 Essa decisão foi tomada no concílio plenário inglês de Lambeth celebrado nos dias 10 a 13 de Fevereiro de 1556, onde se redigiu o documento sobre a *Reformatio Angliae* (MANSI, *Concilia*, XXXIII, 1009-1034; Pietro CHIOCCETTA, (Dir.), *Dizionario storico religioso*. Roma: Editrice Studium, 1966, p. 965); tenha-se presente que o modelo agora transposto para as ilhas britânicas era, praticamente uma réplica do Colégio Germânico de Roma; tinha-se construído aquele colégio, após parecer positivo de S. Inácio de Loyola, para acolher vocações ao sacerdócio de origem alemã; a problemática que então se vivia nalgumas zonas da Alemanha exigia um clero convicto, instruído e disciplinado. Ali se configurava um modelo de seminário que irá agradar, mais tarde, como proposta aos padres de Trento e, após aprovação conciliar, irá estender-se progressivamente a todo o mundo católico. Aquando dos seus anos de exílio, por causa de seu primo Henrique VIII, pôde o cardeal Pole ter conhecimento directo em Roma daquela iniciativa romana (colégio germânico).

e para quem a ela quisesse aceder, no capítulo XVIII decreta a obrigatoriedade de instituir seminários na generalidade das dioceses. Propunha igualmente a criação duma infraestrutura capaz de acolher jovens vocações, a partir dos doze anos, num regime de internato, onde se cultivasse virtudes cristãs e recebessem formação humanista e teológica, capacitando-os para o ministério paroquial. Dava-se preferência aos mais pobres, sem excluir os ricos, que manifestassem desejo de servir a Deus e a Igreja. Em ordem ao tirocínio disciplinar, deviam ser tonsurados e usar já hábito clerical. Propunha-se um currículo para a sua formação humana e teológica, a saber: gramática, canto, cômputo eclesiástico e outras disciplinas úteis e honestas. Aprenderão Sagrada Escritura, livros eclesiásticos, homilias dos/ e sobre os Santos, e formas de administrar os sacramentos, em especial aquelas que ajudam no bom atendimento de confissão e demais ritos que se prendam com o cerimonial litúrgico. Estamos perante uma proposta de programa conciliar cujo acompanhamento passou a ser da responsabilidade do bispo e de mais dois membros do cabido (cónegos)<sup>28</sup> que o bispo entendesse por bem responsabilizar pelo programa formativo na instituição referida. No que concerne à administração económica, davam-se indicações muito precisas, associando a esse sector o bispo, dois membros do cabido, um escolhido pelo bispo outro eleito pelo cabido, e dois eclesiásticos da cidade, um de eleição episcopal, e um outro escolhido pelos colegas da área citadina<sup>29</sup>. As instituições responsabilizadas pela manutenção do seminário eram as mais variadas, desde instituições religiosas a responsáveis diocesanos. Em ordem à execução dessa normativa conciliar, pedia-se ao arcebispo que estivesse atento à diligência ou negligência dos bispos da sua província; igual vigilância devia exercer o concílio provincial sobre o arcebispo para que se promovesse de forma célere “esta santa e piedosa obra, onde se pudesse executar<sup>30</sup>. A cláusula condicionante – onde se pudesse executar – irá fazer retardar a instituição do seminário diocesano.

#### 4. O seminário como instância modeladora dum pastor paroquial

A implementação da doutrina tridentina deu-se de forma desigual pelo mundo católico. “*Mutatis mutandis*”, de igual forma aconteceu com a construção dos seminários diocesanos. Os primeiros aparecem logo após a celebração conciliar, outros serão construídos só no século XVIII e até XIX. O articulado do decreto deu origem a isso. Mais importante para nós, e porque à temática concerne, é saber o que cada igreja

28 “Cum consilio duorum canonicorum seniorum, et graviorum, quos ipsi elegerint, prout Spiritus Sanctus sugesserit” (p. 286).

29 Ibidem, p. 287.

30 “ubicumque fieri poterit, promoveatur, sudioso se curabit” (Ibidem, p. 291). A cláusula atrás referida irá servir de escusa ou justificação para a não erecção rápida da instituição “Seminário”; muitos se perguntarão pela oportunidade ou real necessidade do seminário; emblemática nesse sentido foi a resistência do cabido de Braga ao propósito de Frei Bartolomeu dos Mártires rapidamente construir o seminário em Braga; oito anos de resistência dão-nos uma perspectiva da sensibilidade das autoridades eclesiásticas de Braga para esse desiderato tridentino.

local ou bispo pretendia em concreto com esse tipo de iniciativa; em termos práticos, o que pretendia D. Frei Bartolomeu com o seminário? Que tipo de formação humana, teológica e espiritual preconizava para os futuros agentes da pastoral, particularmente para os que fossem adstritos à responsabilidade paroquial? Por razões óbvias, não se afastou do que fora prescrito pelo próprio decreto conciliar. Como já foi referido, quando chegou a Braga no Outono de 1559 deu-se conta do estado da diocese, do clero e do povo; a ignorância religiosa e o desleixo no quotidiano da vida cristã, levou-o à convicção que só uma instrução consistente podia colmatar esse défice de vida cristã; a deslocação às terras do Barroso<sup>31</sup>, que acontece poucos meses depois de ter chegado a Braga, deu-lhe a convicção e a tenácia necessárias para procurar e encontrar meios que pudessem colmatar essas realidades lacunares da diocese; a entrega do colégio de São Paulo aos padres jesuítas e a abertura de lições de casos no Paço com obrigação de dar formação ao clero e aos que à clerezia se propunham, foram decisões que apontavam para um propósito de melhor instruir os agentes da paroquialidade e, por meio desses, propiciar formação às gentes simples das comunidades cristãs; a par dessa frente formativa, levada para a frente com a abertura do seminário segundo o modelo de Trento, preocupar-se-á o arcebispo com a formação espiritual do seu clero e das suas gentes; o esforço que fez antes e depois do concílio acentuava a vertente espiritual; na vertente intelectual ateve-se à tradição dominicana de gerir os “Studia” ou “Studia generalia” e que persistiu, regra geral, nos centros de formação eclesiásticos<sup>32</sup>. A cadeira de “casos” foi uma preocupação constante. A orientação espiritual, sem prescindir do articulado de Trento em matéria sacramental, obrigou o aluno de seminário a entrar em minudências para evitar ilícitos ou viciação de forma ou conteúdo na administração dos sacramentos. A última presidência do concílio de Trento, mormente a do cardeal Morone, enfatizara sumamente a vertente espiritual. Em surdina e na aula conciliar se acentuava a divisa, o mote “*Salus animarum suprema lex est*” e que devia nortear as grandes decisões de fim do concílio. As figuras de topo da cúria romana – o papa Pio IV e o Secretário de Estado, Carlos Borromeu – tocados por acontecimentos familiares, acabaram por acarinharem também essa vertente espiritual<sup>33</sup>. A unha de cavalo, os trabalhos conciliares avançaram e muitos decretos foram

31 “Não havia crmandade mais que no nome (...) e dos males que havia, os mais procediam de falta de mestres e alguns que se conservavam no meio do povo “eram tão rudes como seus fregueses” (SOUSA, Frei Luís de, *A vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, Livro III, cap. V e VI; catecismo, p. XVIII).

32 No ensino da teologia, primava o estudo da Bíblia sobre a qual o Leitor dava uma explicação literal (*Lector sacrae paginae*); posteriormente entrava o Mestre da sagrada teologia (*Magister sacrae theologiae*) que fazia um comentário pessoal, relevando os sentidos deduzíveis do sentido literal. Fazia-se também um comentário ao IV Livro das Sentenças de Pedro Lombardo, que era uma recolha / antologia dos principais textos dos Santos Padres sobre os principais argumentos teológicos e que constituía então o texto base para o ensino da teologia (LIPPINI, Pietro, *La vita quotidiana di un convento medievale*. Bologna: Edizioni Studio Domenicano, 2003, p. 288).

33 A morte repentina do irmão de Carlos Borromeu, Federico, recentemente casado com a única filha do duque de Urbino, abalou profundamente o Secretário de Estado e seu tio, o papa Pio IV. No ano que se seguiu Carlos Borromeu imprime um outro ritmo à

aprovados dentro do espírito referido. Após a clausura do concílio e subsequente aprovação, uma congregação romana propositadamente instituída para acompanhar a correcta aplicação do concílio bater-se-á por essa vertente espiritualista; em termos práticos, será a animação dum “*almismo*” que se imporá por toda a parte. É dentro desse enquadramento que devemos ver a acção pastoral de D. Frei Bartolomeu dos Mártires e de todos aqueles que, após cuidada preparação, segui-lo-ão numa pastoral ardorosa e criativa no pós-concílio. As orientações práticas que deu nesse sentido encontram-se dispersas nos seus escritos de natureza pastoral. Para a formação espiritual do “novo pároco”, produz síntese sumária no catecismo que publica em 1564. No capítulo do sacramento da ordem, de forma densa, deixa-nos doutrina e orientação sobre o perfil e acção do presbítero votado ao pastoreio paroquial.

Para D. Frei Bartolomeu dos Mártires a formação teológica e o exercício das virtudes terão consistência se tiverem como finalidade a “salvação das almas”. Ou dito doutro modo: o ardor pela salvação das almas levará o candidato ao presbiterado; o candidato à paroquialidade assumirá com naturalidade um percurso formativo e uma prática de virtude pelo amor às almas que o esperam. O alto conceito que D. Frei Bartolomeu dos Mártires tinha dos sacramentos e do ministério ordenado levou-o a apontar patamares de ideal muito elevados dificilmente compagináveis com a realidade que encontrava e até em presbíteros bem-intencionados; o desfazamento inevitável levou-o a produzir estímulos, comentários e críticas que expressavam a distância existente entre o ideal proposto e a realidade vivida pelo seu presbitério.

A estruturação do seminário trentino, ardentemente desejado desde a sua chegada à cidade de Braga em 1564, só pôde ser consolidada no ano de 1572. Resistências se sentiram; obstáculos se fizeram, retardando uma instância formativa pensada para servir intelectual e espiritualmente as gentes da arquidiocese de Braga. Esse percurso de luta contra a oposição de pessoas e instituições eclesiásticas locais denota a existência de entendimentos diferentes quanto à natureza e bondade duma decisão aprovada em Trento. Mais uma vez se tornou notória a realidade observada no período da recepção dum concílio: a distância do grau de entusiasmo ou conversão ao ideário aprovado entre os que participaram e os que, não tendo estado, se ressentiam de mudanças que, embora pedidas, não as compreendiam<sup>34</sup>. Perante resistências e inércias, inicia o arcebispo com uma instituição que poderíamos chamar de pré-seminário; no próprio Paço episcopal organiza um seminário provisório; nomeia o antigo governador da diocese, Frei João de Leiria, como Reitor e, com alguns dominicanos e jesuítas, ministram-se ali aulas de

---

sua vida. É no decurso desse processo que se dá o primeiro encontro entre D. Frei Bartolomeu dos Mártires e Carlos Borromeu em Roma (BORROMEIO, Agostino, *La figura e l'opera dell'arcivescovo di Braga Bartolomeu dos Mártires nell'Italia postridentina*. In *Actas do Congresso Internacional sobre o IV centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1994, p. 595-596).

34 A atitude de resistência do cabido de Braga, que já se observava antes da partida do arcebispo para Trento, no período pós conciliar e de recepção do concílio far-se-á ainda mais visível. O IV concílio provincial foi emblemático nesse sentido.

gramática, canto, aritmética, liturgia e artes como sugeria o concílio de Trento; mais tarde, no entender do arcebispo, iriam aparecer os mestres para as lições de casos de consciência e teologia de São Tomás de Aquino. Os primeiros a chegar para esses novos espaços de formação foram os moços das terras do Barroso, e, por sinal, mencionados nos protestos do cabido aquando do processo para a erecção do Seminário. “Faltava edifício, mas havia seminário”<sup>35</sup>. Finalmente, a instituição seminário acabou por se consolidar; nele e no catecismo<sup>36</sup> que elaborara anos antes (1564) pensou encontrar o arcebispo meios suficientes para preparar um clero zeloso, instruído, disciplinado, moralizado e imune do vício. Importava que o pároco assumisse como missão prioritária a oração pelo povo, a prática do bom exemplo e o ensino da doutrina. Tudo isso só foi possível após a celebração e a aprovação dos decretos de reforma de Trento e subsequentes concílios provinciais celebrados em Braga. Essas duas realidades – Trento e concílios locais – permitirão a D. Frei Bartolomeu dos Mártires “retomar” a cidade de Braga.

## 5. A vertente espiritual na formação e vida do pároco na óptica de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

A perfeição espiritual do sacerdote foi para D. Frei Bartolomeu quase uma obsessão<sup>37</sup>. Daí a importância que tanto deu às lições de teologia como às lições de casos de consciência. Para o clero já no activo introduziu como medida inovadora para o tempo a exigência de periodicamente regressar aos centros que ministravam lições de teologia e de casos de consciência para que, actualizando-se, respondessem melhor às situações que o tempo, o lugar e as pessoas lhes iam suscitando. Prenunciava-se com essa media dinâmicas recentes que se prendiam com exigências duma formação permanente<sup>38</sup>. O arcebispo não insistiu apenas nos fins; proporcionou também os meios e testou a sua eficácia<sup>39</sup>. Apostou sobretudo nas novas gerações que, a partir dos 12 aos 14 anos poderiam ser formados intelectual e espiritualmente; acreditava pouco nos “maculados” e “enxovalhados”; aos párocos já nas suas funções procurou corrigi-los<sup>40</sup>. Insiste num clero casto; nada propenso à luxúria; insiste no alto conceito que tem pelo curador de almas; não admite outras intenções nos candidatos à formação sacerdotal que não seja o bem das almas; chega a rejeitar liminarmente o pedido de um médico de Braga que se propunha estudar e tomar ordens para ingressar na clerezia; viu naquele pedido um misto de preocupação religiosa e um possível aproveitamento a tirar duma

35 ROLO, Formação e distribuição do clero. In *Lumen*, XVII (Junho de 1963), fasc. VI, p. 568.

36 BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES, *Catecismo ou doutrina cristã e práticas espirituais*. Fátima: Ed. do Movimento Bartolomeano, 1962, p. XVI.

37 ROLO, Formação e distribuição do clero. In *Lumen*, XVII (Julho-Agosto de 1963), fasc. VII-VIII, p. 644.

38 Ibidem, p. 565.

39 Ibidem.

40 ROLO, Formação e distribuição do clero. In *Lumen*, XVII (Julho-Agosto de 1963), fasc. VII-VIII, p. 645.

nova situação. Essa ambiguidade foi suficiente para não anuir ao pedido formulado<sup>41</sup>. Os sacerdotes que se propôs formar deveriam ser diferentes daqueles que encontrou em Braga: deviam ter boa formação intelectual; deviam ser disciplinados, castos, não dados à luxúria e à ambição na procura dos melhores benefícios eclesiásticos. Em Trento chegara a propor a disciplina do cárcere para os clérigos concubinários<sup>42</sup>. Na erradicação de costumes e hábitos não consentâneos com o múnus paroquial, Frei Bartolomeu dos Mártires move-se entre dois extremos: por um lado é implacável na advertência e no castigo a aplicar; por outro, em contacto com a realidade, recorre a uma pedagogia exemplar tendente a atrair e a converter o faltoso<sup>43</sup>.

As exigências pedidas pelo arcebispo de formação doutrinal, exemplo na virtude e vincada vida espiritual, deviam ser testadas por examinadores propositadamente nomeados; isso nunca significou abandono dos visados por parte do arcebispo; bem ao contrário, as visitas pastorais expressaram proximidade, estímulo e interesse pelo que nas comunidades paroquiais se fazia. Não votou o pároco ao abandono; é certo que lutou contra as criadas de serviço nas residências paroquiais, mas, ao mesmo tempo, muito se esforçou para que todos tivessem casa condigna, passal com pomar e terra suficientes que lhes permitissem condigna sustentação. Isso pediu em Trento e, mais tarde em Braga, esforçou-se por levar à prática tais sugestões<sup>44</sup>.

## 6. Especificidade do pároco segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires

Afasta-se o arcebispo do entendimento de ontem e até de hoje que em muitos ainda persiste: pessoa apenas entregue à prática do culto, uma espécie de funcionário numa área misteriosa. Nada disso! Para Bartolomeu dos Mártires, o pároco é essencialmente um cura de almas, votado a uma actividade prioritariamente espiritual; é o pároco zelador de Deus que não deve ser ofendido; Deus é a prioridade das prioridades; a partir d'Ele e por causa d'Ele tudo deve ser feito<sup>45</sup>. Mas como as contingências da vida não permitem sempre a vivência desse ideal, procura, então, trazer à vida da graça aqueles que de Deus se afastaram. Os párocos estão nas paróquias como “médicos em enfermarias (...) para acudir com todas as mezinhas e remédios possíveis, com que as almas sejam curadas e restituídas à saúde espiritual”<sup>46</sup>. Para que tudo isso pudesse acontecer, deveria o pároco estar no meio do seu rebanho. Ali pode ser encontrado, ali pode acudir às necessidades do seu povo. Em ordem a uma boa informação sobre os paroquianos aconselhava o pároco a servir-se de livros de anotações para colocar

41 Ibidem, p. 646.

42 Ibidem, p. 648, nota 84.

43 Ibidem, p. 649-649,

44 ROLLO, Formação e distribuição do clero. In *Lumen*, XVII (Nov. de 1963), fasc. XI, p. 792-3.

45 Ibidem, p. 794-795, nota 123.

46 Ibidem, p. 795, nota 124.



por escrito cada agregado familiar e ai fazer constar todos os pormenores da vida familiar para o bem espiritual de cada um. Para além da vertente espiritual, deveria o pároco praticar as obras de misericórdia, quer espirituais quer corporais. Deveriam merecer particular desvelo os pobres envergonhados e os presos. O arcebispo pede aos párocos, para que em caso de necessidade, deambulem pela freguesia na recolha de meios para os necessitados. Se mesmo assim não conseguissem a todos socorrer, que enviassem lista ao arcebispo para que tais pessoas pudessem ser atendidas<sup>47</sup>. A pregação não deixou de ser preocupação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Os bispos em Trento tinham abordado a questão. Do período precedente ao concílio tinha sido habitual entregar o púlpito ao clero regular, tido por mais bem preparado em teologia. Abusos e excessos também aconteceram. Impôs-se regulamento nessa área do ministério pastoral. No mês de Novembro de 1563, o concílio de Trento, na sua XXIV sessão abordou o tema. As gravosas limitações que quiseram impor aos regulares isentos não prevaleceram<sup>48</sup>. Hierarquizou-se, então, um grau de responsabilidade sobre essa matéria. Determinou-se ser o bispo a pessoa indicada para proceder à pregação formativa dos fiéis. Na impossibilidade de o fazer, deveria recorrer a clérigos capazes de um tal desempenho. Associavam-se também os párocos a um tal dever, para ser cumprido nos domingos e outros dias de festa. Vincou-se de forma clara a tutela episcopal; desse dependerá o ministério dum tal desempenho<sup>49</sup>.

D. Frei Bartolomeu dos Mártires que participara nos debates conciliares, procurou no pós concílio dar orientações que traduzissem a determinação conciliar. Um ano depois do encerramento de Trento, já em Braga, publica um catecismo com orientações práticas para pregadores, curas e outros responsáveis por igrejas diocesanas. “Devem entregar-se ao ministério da palavra de Deus ( ... ) ensinando a doutrina cristã ( ... ) fazendo práticas doutriniais e espirituais cujo fito seja exortar às virtudes e o temor de Deus ( ... )”<sup>50</sup>. A disposição do catecismo e o conteúdo que expõe destinava-se aos agentes da pastoral paroquial. Os muitos comentários que nele faz sobre uma boa parte dos domingos e festas litúrgicas ressentem-se de hábitos ancestrais. Muitos bispos, nos séculos XV e XVI, produziram subsídios homiléticos para o clero adstrito à paroquialidade<sup>51</sup>. Era a resposta a uma impreparação teológica e doutrinal da maior parte do clero secular. A instituição dos seminários, determinado em Trento, inscrevia-se no propósito louvável de superar ignorâncias e impreparações tão presentes na clerezia secular. No ano de 1564, D. Frei Bartolomeu dos Mártires ao editar o catecismo, colocou

47 Ibidem, p. 796, nota 131.

48 *Concilium Tridentinum*, V, 136-140.

49 “Nullus autem saecularis, sive regularis, etiam in ecclesiis suorum ordinum, contradicente Episcopo, praedicare praesumat” (Sess. XXIV, de ref. c. 4).

50 *Catecismo ou Doutrina cristã e práticas espirituais*. Fátima: Ed. Do Movimento Bartolomeano, 1962, p. 344.

51 JEDIN, Hubert, *Chiesa della fede chiesa della storia*. Brescia: Morcelliana, 1972, p. 467.

à disposição do clero bracarense um subsídio possível e necessário para quem ainda não entrara nas instituições de formação requeridas pelo concílio.

Enfim, como nota final, deve referir-se o seguinte: desde o recrutamento, formação, distribuição e acompanhamento do presbítero pároco damo-nos conta do arquétipo idealizado e posto em prática por D. Frei Bartolomeu dos Mártires. O pároco na óptica do arcebispo devia ter cuidadosa preparação humana, intelectual, teológica e moral; o seminário organizado segundo o modelo aprovado em Trento e que, lentamente irá ser implantado na cidade de Braga, deveria concorrer para uma formação humana e teológica. O internamento proporcionaria adestramento na disciplina e afeição pela formação espiritual em ordem ao bem das pessoas e das almas. O pároco deveria ser culto, piedoso, zeloso pelas almas, presente no meio dos seus fiéis e caridoso para com os pobres e encarcerados. Acção e oração seriam os pulmões do pároco bracarense.